

POR UMA NOVA ECONOMIA

*Charles Alexandre Souza Armada**

RESUMO

O mundo atual é um mundo que compartilha diversas crises simultâneas. Aliada a uma crise ambiental cada vez mais preocupante, boa parte do planeta continua sofrendo com uma crise econômica e, desde 2008, também com uma crise financeira. O fator comum entre cada uma dessas crises planetárias é a globalização, processo que extrapola o econômico e atinge praticamente todos os segmentos da vida das pessoas. Aliada à globalização, a economia exerce um fator importante na maneira como o mundo atua. A presente pesquisa pretende analisar os impactos que as chamadas crises planetárias determinam no planeta e, paralelamente, a relação existente entre essas crises e a economia. O trabalho foi desenvolvido com base no método indutivo e operacionalizado pelas técnicas do referente, categorias, pesquisa bibliográfica e fichamento. Depreendeu-se da pesquisa efetuada que uma Nova Economia é necessária, no sentido de humanizar a relação existente entre o homem e a atividade econômica. Nesse sentido, algumas alternativas delineadas no trabalho demonstram a possibilidade de uma nova configuração econômica pela atuação concomitante da sociedade civil, dos governos e dos organismos internacionais.

Palavras-chave: Economia. Economia Solidária. Globalização.

* Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, especialista em Direito Público pela Fundação Regional de Blumenau-FURB, mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI e em Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad pela Universidade de Alicante-Espanha e doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI. Itajaí, Santa Catarina, Brasil. charlesarmada@hotmail.com

Um mundo que considera os impactos determinados pela atuação desenfreada do homo economicus tenta experimentar alternativas que garantam a subsistência, não apenas do homem, mas do próprio planeta. O novo mundo tenta emergir em meio às crises planetárias na prática de uma nova economia, mais humanizada, mais solidária.

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo e a globalização são duas expressões que melhor traduzem o cotidiano do homem moderno. Hoje, tudo é negociável, tudo tem um preço. O capitalismo conseguiu precificar, como exemplo, o trabalho escravo, o trabalho infantil, a venda de órgãos humanos e o tráfico de pessoas. A globalização, por sua vez, potencializa os efeitos do capitalismo por meio da atuação de suas variadas vertentes, ou seja, por meio da globalização dos meios de produção, da globalização financeira, da globalização excludente, dentre outras.

Para satisfazer as necessidades do homem capitalista e globalizado, os recursos naturais do planeta são utilizados de maneira indiscriminada, determinando uma situação insustentável ou insuportável para a manutenção da vida no planeta.

Como resultado da atuação conjunta do capitalismo e da globalização, o homem do século XXI está cada vez mais distante do significado da palavra solidariedade e, ao mesmo tempo, cada vez mais próximo de um colapso ambiental planetário.

Esse estudo pretende analisar algumas alternativas de humanização da economia como contraponto ao capitalismo selvagem que vem caracterizando o mundo moderno. O artigo foi produzido por meio do método indutivo, no qual as formulações individualizadas foram trazidas na busca de obter-se uma percepção do panorama generalista.

Finalmente, o artigo foi operacionalizado pelas técnicas do referente, categorias básicas, conceitos operacionais e fichamento.

2 GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA

O homem do século XXI convive com um mundo capitalista e globalizado que cultua o individualismo, a competição e o consumo desenfreado. É também um mundo em que novas necessidades são continuamente criadas e no qual a felicidade se mede pelo acúmulo de necessidades satisfeitas e pelo imediatismo da sua satisfação. Vive-se a era do *homo economicus* (ARMADA, 2013, p. 513).

Armada (2012, p. 845), tratando da globalização, apresenta as dificuldades de interpretação que a própria terminologia apresenta “ao possibilitar sua utilização enquanto gênero e enquanto espécie. As principais críticas, portanto, ao termo globalização residem na sua abrangência e no fato de ser utilizado para definir as mais variadas situações”. Gómez apresenta que o termo globalização “está atravessado por uma ambivalência ou imprecisão constitutiva em função da variedade de fenômenos que abrange e dos impactos diferenciados que gera em diversas áreas: financeira, comercial, produtiva, social, institucional, cultural, etc.” (1999, p. 129).

A utilização da expressão globalização, no sentido econômico que hoje prevalece, data do começo dos anos 80. Para Chesnais (1996, p. 23):

O adjetivo ‘global’ surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘business management schools’ de Harvard, Columbia, Stanford etc. [...] Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal.

Dois elementos fundamentais e interligados entre si devem ser levados em conta para um perfeito entendimento da globalização: o estado das técnicas e o estado da política. Com relação ao primeiro item, “no fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” (SANTOS, 2008, p. 23).

Com relação ao segundo ponto, que trata do estado da política, “é o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2008, p. 23).

Talvez a principal característica desse mundo globalizado seja a capacidade que ele apresenta para produzir crises de âmbito planetário. Além da crise econômica que atinge mais duramente os chamados países periféricos e eternamente em desenvolvimento, há também uma crise financeira internacional, a primeira crise capitalista do século XXI, e uma crise ambiental com capacidade de colocar em risco a vida do planeta e, conseqüentemente, a permanência do ser humano na Terra (ARMADA, 2013, p. 517).

3 OS EQUÍVOCOS DA ECONOMIA

O extraordinário avanço tecnológico verificado ao longo do século XX não foi suficiente, entretanto, para eliminar as desigualdades sociais entre as nações. Como visto, a globalização, além de apresentar-se como o motor de algumas das crises com espectros globais, também tem atuado como intensificadora dos seus efeitos.

A atuação perniciosa de alguns organismos internacionais na promoção (e na intensificação) da globalização encontra respaldo em alguns posicionamentos equivocados da ciência econômica.

De acordo com Marechal (2000, p. 101), “ao interpretar e moldar o agir econômico apenas de acordo com a lógica do mercado, a Economia revela-se uma ciência em crise”.

Especificamente com relação à atuação de alguns organismos internacionais como, por exemplo, a OMC, Stiglitz (2002, p. 108) revela os equívocos envolvendo a ideologia de livre mercado calcada, por sua vez, na teoria econômica desenvolvida por Adam Smith:

Por trás da ideologia de livre mercado há um modelo, geralmente atribuído a Adam Smith, que defende que as forças de mercado – a força motriz dos lucros – conduzem a economia a resultados eficientes, como se fosse guiada por uma espécie de mão invisível. [...] Na verdade, progressos mais recentes na teoria econômica – que ironicamente ocorreram durante o período da busca mais implacável das políticas do Consenso de Washington – demonstram que toda vez que as informações são imperfeitas e os mercados incompletos, ou seja, sempre, e principalmente nos países em desenvolvimento, a mão invisível funciona de maneira ainda mais imperfeita.

A menção ao pensador econômico Adam Smith é pertinente. Além de ser considerado o pai do Liberalismo econômico, suas teorias ainda conseguem moldar a atuação econômica do planeta. Segundo Adam Smith, o egoísmo do homem, longe de levar ao esboroamento da sociedade, constitui, pelo contrário, um princípio que garante a sua permanência e lhe assegura o enriquecimento. Ainda segundo o pensador econômico, os esforços aplicados por cada indivíduo para apoiar a atividade interna, defendendo os seus próprios interesses, fazem avançar os interesses da sociedade mais eficazmente do que se o visassem na verdade (MARECHAL, 2000, p. 50).

A atual crise ambiental global, mencionada no capítulo anterior, é um forte indicativo do quanto esse posicionamento a respeito do egoísmo do homem encontra-se equivocado.

A exploração dos recursos naturais do planeta tem sido levada a cabo com base numa premissa também equivocada. A finitude dos recursos naturais, apesar da obviedade da afirmação, não tem sido considerada tendo em vista o caráter mecanicista assimilado pelo processo econômico.

No entendimento de Georgescu-Roegen (2012, p. 74):

(...) a consequência dessa adesão incondicional ao dogma mecanicista, seja explícita ou implícita, é a assimilação do processo econômico a um modelo mecânico regido – como todos os modelos mecânicos – por um princípio de conservação (transformação) e por uma lei de maximização. A própria ciência econômica fica, assim, reduzida a uma cinemática atemporal.

Em adição, Georgescu-Roegen (2012, p. 75) questiona a suprema relevância dada aos processos econômicos: “A verdade é que o processo econômico não é um processo isolado e independente. Ele não pode funcionar sem uma troca contínua, que altera o meio ambiente de maneira cumulativa e sem ser, no retorno, influenciado por essas alterações”.

Partilhando desse posicionamento, Marechal (2000, p. 112) considera que:

na verdade, é na esfera humana que se situa a razão de ser da atividade econômica: a satisfação das necessidades humanas. [...] Ao constituir um subsistema da esfera humana e da biosfera, a Economia não pode pretender regular estes dois últimos domínios.

A economia como ciência deve servir ao homem e o que se mostra é que o homem é que tem servido à economia. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, os equívocos da economia promoveram uma busca insana pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento. Muitos países utilizaram-se da ajuda de organismos internacionais, particularmente o FMI, para possibilitar tanto o crescimento econômico como o desenvolvimento. Nesse particular, ensina Georgescu-Roegen (2012, p. 74):

Finalmente, e este é o ponto mais importante, é indiscutível que, nos últimos anos, os economistas, exceto alguns autores isolados, sempre sofreram da mania do crescimento [...]. Os sistemas e os planos econômicos sempre foram avaliados de conformidade somente com sua capacidade de sustentar um alto índice de crescimento econômico. Todos os planos econômicos, sem exceção, visaram ao crescimento econômico mais elevado possível. Não há plano, até na própria teoria do desenvolvimento econômico, que não esteja solidamente amarrado aos modelos de crescimento exponencial.

A panaceia do desenvolvimento a qualquer custo dominou o cenário internacional a partir da década de 70 e obrigou muitos países (principalmente os pobres e os emergentes) a buscar empréstimos junto ao FMI. Os empréstimos concedidos pelo FMI implicavam a submissão do país a regras econômicas espartanas e, em muitas situações, com efeitos colaterais piores do que a própria doença que exigiu a presença do organismo supranacional.

Mesmo entendimento é apresentado por Latouche e Harpages (2010, p. 31):

Así, los países pobres habían sido sometidos a planes de ajuste estructurales, incluyendo dichas recomendaciones, a cambio de préstamos acordados por el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. Mediante lo cual, el mundo occidental infligió sufrimientos inauditos a unos pueblos que nunca habían deseado ser convertidos a su modelo.

Tratando das consequências da atuação do FMI, Casanova (1999, p. 53) destaca que o continente africano apresenta o exemplo mais dramático: “Ali, a dívida subiu três vezes sobre o nível de 1980. Os pagamentos atrasados passaram de 1 bilhão de dólares em 1980 para 11 bilhões de dólares em 1990. Hoje, a dívida externa da África é mais alta do que o total de sua produção”.

Para Latouche e Harpages (2010, p. 10):

Expertos en economía nos demostraron que el desarrollo había permitido alimentar a millones de hombres, pero se abstuvieron de decir que esta

máquina, siguiendo su curso, se volvía infernal hasta engendrar hoy un crecimiento excesivo, o en otras palabras, un desarrollo parasitário.

Uma nova abordagem econômica faz-se, portanto, necessária. Uma abordagem que coloque o homem no centro das atenções e das necessidades, que considere a disponibilidade de recursos naturais do planeta como elas realmente são, ou seja, que considere sua inexorável característica de finitude.

4 POR UMA NOVA ECONOMIA

A globalização é reconhecidamente o pivô da maioria das crises que assolam o planeta. Ela é fruto do capitalismo desenfreado, que cresceu e cresce sob a égide do neoliberalismo e da facilidade de comunicação mundial (MORIN, 2013, p. 21).

Serrano (2011, p. 38) apresenta algumas das características negativas associadas ao capitalismo: “Hay muchas razones para renegar del capitalismo: la ausencia de distribución de la riqueza, la voracidad para terminar con los recursos naturales, la explotación de la mano de obra por parte de los dueños del capital”.

Contudo, apesar das consequências desastrosas, apesar das crises planetárias, apesar de ser renegado, o capitalismo permanece imperando.

Uma nova mentalidade é necessária. Urge repensar a atividade econômica irresponsável e egoísta quanto aos seus impactos em pessoas e meio ambiente. Não é mais possível, por exemplo, que “los defensores del capitalismo aceptan sin rechistar las muertes y los desempleos causados por su modelo económico, sin embargo no los soportan cuando van ligados a las luchas sociales” (SERRANO, 2011, p. 10).

Morin (2013, p. 155) compartilha com esse posicionamento ao afirmar que “de maneira geral, trata-se de reinserir a economia no social, no cultural, no humano, o que significa, fundamentalmente, colocar a economia em seu devido lugar como meio, e não como fim último da atividade humana”.

A resposta deve ser um repensar da economia ou, como sugerido por Díaz-Salazar (2011, p. 84): “La respuesta a la crisis actual pasa por la recreación de una nueva sabiduría planetaria metaeconómica. U para ello tenemos que reactivar las religiones de liberación y las filosofías morales emancipatórias”.

O caminho, segundo Cruz e Bodnar (2012, p. 35), é a democratização do capitalismo, ou seja:

que a comunidade possa participar da decisão do que e como será produzido. E do como e onde será distribuído, principalmente pelo acesso ao crédito, através de políticas públicas distributivas e através de um sistema tributário transnacional, [...] cujo conceito e caracterização deverão ser objeto de trabalhos científicos futuros. As democracias representativas atuais estão carentes de uma estrutura ética concebida

a partir de valores democráticos conectados com as necessidades da Sociedade globalizada.

Para Cruz e Bodnar (2012, p. 34-38), a democratização do capitalismo, no sentido da distribuição da riqueza num capitalismo sustentável, é condição fundamental para qualquer possibilidade de se impedirem novos desastres financeiros globais que possam corroer ainda mais a qualidade de vida no planeta. A economia está destinada a produzir riquezas. A política se dedica, ainda que nem sempre seja assim, à distribuição ou redistribuição destas riquezas.

A democracia exige que os processos econômicos estejam inseridos nos processos sociais, o que hoje só pode ser feito com a ajuda de um conjunto de espaços públicos de governança transnacional, na medida em que o Estado Constitucional Moderno não pode mais fornecer, por si só, a título de dados de orientação, o quadro vinculante (MIGLINO, 2010, p. 202).

Mudanças envolvendo o comércio internacional também são necessárias. De acordo com Marechal (2000, p. 217):

O comércio internacional, que cristaliza as questões econômicas, sociais e ambientais, deveria ser objeto de regras precisas. O imperativo de desenvolvimento durável quer no plano global, quer país por país, exige que a liberdade das trocas internacionais se submeta ao respeito por cláusulas sociais e ambientais, respeito que se poderia obter pelo levantamento de direitos compensadores sobre os produtos provenientes de países pouco respeitosos das condições de vida dos respectivos trabalhadores, assim como da qualidade de um meio ambiente que, aliás, não é apenas o seu, mas de todo o planeta.

A economia deve restabelecer o diálogo com a Ética. Nesse sentido, a visão da atividade econômica deve estar centrada no ser humano. Segundo Marechal (2000, p. 131):

Com efeito, longe de poder reduzir-se à procura da atribuição ótima dos recursos no âmbito apenas da lógica do mercado, o objeto da ciência econômica deve ser a procura da atribuição ótima dos recursos no âmbito de uma exigência de satisfação equitativa das necessidades dos homens que já nasceram ou que estão para nascer [...].

No que diz respeito ao crescimento, Morin (2013, p. 28) apresenta que o conceito tem sido apresentado e adotado como a solução para todos os problemas quando, na realidade, “o desenvolvimento não é infinito e nem pode ser, ele deve ser constituído por uma série de crescimentos, decrescimentos e estabilizações. É impossível que um mundo finito tenha um crescimento infinito”.

Latouche e Harpages (2010, p. 14) compartilham desse posicionamento e defendem o decrescimento:

La hora del decrecimiento ha llegado! Y la sociedad de la sobriedad voluntaria que emergerá de su estela supondrá trabajar menos para

vivir mejor, consumir menos pero mejor, producir menos residuos, reciclar más [...]. En pocas palabras, recobrar el sentido de la medida y una huella ecológica sostenible.

As diferentes características culturais e os diferentes estágios em que os povos se encontram devem ser levados em consideração na análise da questão do desenvolvimento. Nesse sentido, uma proposta de decrescimento traz o signo da solidariedade como contraponto ao egoísmo exacerbado do capitalismo.

Tratando da questão da solidariedade, Morin (2013, p. 152) apresenta que:

A expansão incontrolada da economia liberal gera pobreza e miséria e, no mundo inteiro, o Estado, inclusive o Estado providência, revela-se ineficaz e, até mesmo, demissionário. É por essa razão que uma nova cultura se impõe para abrir e desenvolver uma terceira via fundada na solidariedade.

Torna-se cada vez mais necessária a união entre economia e solidariedade. Torna-se premente, portanto, o estabelecimento de mecanismos de Economia Solidária. Segundo Morin (2013, p. 154), essa alternativa para a economia, ou seja, a Economia Solidária, “se baseia em microcrédito, comércio equitativo e eliminação de intermediários de entre produtores e consumidores”.

Latouche e Harpages (2010, p. 76) apresentam a autonomia econômica local e as moedas alternativas como propostas de reposicionamento da economia a serviço do homem. No tocante à autonomia econômica local, os autores sustentam que “[...] implica orientarse hacia la búsqueda de una autosuficiencia alimentaria y energética pero también hacia una autonomía de financiación que permita el cumplimiento de proyectos locales artesanales, industriales y de servicios”.

Quanto ao desenvolvimento de moedas alternativas, Latouche e Harpages (2010, p. 77) apresentam:

Desarrollar monedas alternativas, locales, bioregionales, complementarias (con diversas fórmulas para experimentar y adaptar: crédito mutua rotativo, tasa de interés negativo, etc.) constituye una potente palanca para relocalizar, es decir, para reapropiarse del propio territorio de vida y rehabilitar el mundo como reacción contra el «fuera del suelo», los «no lugares» y el «fuera de tiempo» del productivismo globalizado.

Marechal (2000, p. 143), por sua vez, sustenta a necessidade de uma Bioeconomia e a conceitua da seguinte maneira:

A Bioeconomia, longe de encarar o ser humano apenas como fator de produção e como consumidor, visa levar em conta as necessidades fundamentais, materiais e imateriais do Homem [...]. Consequentemente, apela à conceitualização de uma nova governação econômica que faça verdadeiramente do melhoramento das condições de vida a finalidade última da produção de riquezas.

A Economia Solidária seria o caminho para a instauração da Bioeconomia. Ainda segundo Marechal (2000, p. 175):

A economia solidária – ou Economia social – pode ser definida como as práticas socioeconômicas cuja finalidade não é a maximização do lucro mas a resposta às necessidades quer sociais como ambientais não ou mal satisfeitas pelo mercado ou pelo poder público.

Contudo, a implementação destas ações, dentre outras, dependem de vontade política. De acordo com Díaz-Salazar (2011, p. 42):

Para construir una globalización alternativa, es necesario instaurar un conjunto de políticas públicas a escala internacional y nacional que tengan como prioridad la disminución sustancial de las desigualdades entre países enriquecidos e países empobrecidos y entre ciudadanos ricos y ciudadanos precarizados [...].

Segundo entendimento de Marechal (2000, p. 212), na mesma linha, “uma melhor governância econômica não passa, portanto, por uma reforma do poder público, mas pela aplicação de novas formas de intervenção estadual”.

Apesar de algumas ações já estarem sendo tomadas no sentido de repensar a atuação da economia, a atuação conjunta de governos e organizações internacionais continua sendo necessária para fazer com que a economia atue efetivamente a serviço do homem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo já estabelecido da globalização tem permitido a criação de novos fóruns de discussão dos problemas planetários e o estabelecimento paulatino de uma conscientização planetária acerca destes problemas.

O que há, de fato, é um conflito em andamento, um embate entre dois mundos. De um lado, o mundo das velhas e das conhecidas tendências globalizantes, egoístas e desumanas da apropriação do capital, das desigualdades de renda, das exclusões, etc., e, de outro lado, um mundo que luta para reparar o caos e eliminar as disparidades. Enquanto o primeiro mundo limita-se ao ‘aqui e agora’, o segundo traz uma completude em relação aos conceitos de espaço e tempo. Este segundo mundo, aquele que procura se firmar, engloba a preocupação com a geração atual e, também, com as gerações que estão por vir.

Apesar das diferenças apontadas privilegiarem e enaltecerem o mundo solidário em relação ao outro egoísta, uma constatação importante e preocupante é necessária. O mundo do capitalismo egoísta já está instalado e é uma realidade, enquanto o mundo solidário da defesa do meio ambiente ainda é uma promessa, ainda é um mundo por vir.

Entretanto, um novo caminho já começa a ser trilhado por meio de outro olhar para a economia. Um mundo que considera os impactos determinados pela atuação desenfreada do *homo economicus* tenta experimentar alternativas que garantam a subsistência, não apenas do homem, mas do próprio planeta. O novo mundo tenta emergir em meio às crises planetárias na prática de uma nova economia, mais humanizada, mais solidária.

REFERÊNCIAS

ARMADA, Charles Alexandre Souza. A efetivação do direito ambiental no século XXI através de um estado transnacional ambiental. **Brazilian Journal of International Relations-BJIR**, Marília, v.2, n.3, p. 510-532, Set./Dez. 2013.

ARMADA, Charles Alexandre Souza. Uma sociedade global e um novo tempo. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.2, 2º quadrimestre de 2012.

CASANOVA, Pablo González. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2012.

DÍAZ-SALAZAR, Rafael. **Desigualdades internacionales: justicia ya**. Barcelona: Icaria editorial, 2011.

FERRER, Gabriel Real. La construcción del Derecho Ambiental. **Revista Aranzadi de Derecho Ambiental** (Pamplona, Espanã), n. 1, 2002, p. 73-94.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Tradução de Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LATOUCHE, Serge; HARPAGÈS, Didier. **La hora del decrecimiento**. Traducción de Rosa Bertran Alcázar. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2010.

MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Trad. Vasco Farinha. Título original: *Humaniser L'Économie*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MIGLINO, Arnaldo; CRUZ, Paulo Márcio; SOARES, Josemar Sidinei. Possibilidades para a transnacionalidade democrática. **Novos Estudos Jurídicos**. Itajaí, v. 15, n. 2, p. 193-211, maio/ago. 2010.

MORIN, Edgar. **A Via: para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mara Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica** - idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. Florianópolis: Conceito Editorial; Millennium Editora, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRANO, Pascual. **El mejor de los mundos**. 2. ed. Barcelona: Icaria editorial, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. Trad. Bazán Tecnologia e Linguística. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.